



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005027-06.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento**
 Requerente: **CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S.A.**
 Requerido: **Odecio Aparecido Estevam Junior**

Juiz de Direito: Dr. **Paulo Luis Aparecido Treviso**

Vistos etc.

CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S/A promove ação de cobrança contra **ODECIO APARECIDO ESTEVAM JUNIOR**, partes qualificadas nos autos, e expõe que é credora do réu da importância de R\$ 6.703,85, já atualizada e acrescida de juros e multa de 2%, devido ao inadimplemento pelo requerido do contrato de prestação de serviços de passagem e cobrança de pedágio. Requer, pois, seja o réu condenado no pagamento do valor indicado, além das verbas da sucumbência, e instrui a inicial com documentos.

Citado via postal, o requerido deixou fluir *in albis* o prazo para resposta, sobrevindo requerimento da autora para decretação da revelia e da procedência da ação.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide admite o julgamento antecipado previsto no artigo 355, incisos I e II do Código de Processo Civil vigente.

2. Ausente a resposta, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigo 319 do Código de Processo Civil).

Por sua vez, os documentos juntados com a inicial (termo de adesão, faturas e extratos com detalhamentos das passagens por pedágios) são suficientes para embasar a presente ação.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Outro não é o entendimento da jurisprudência do E. Tribunal de Justiça, senão que: *“Com efeito, a prova documental dos autos, notadamente, os extratos das faturas, contendo placa dos veículos, o nº da TAG, com data e hora da passagem pela praça de pedágio e outras informações com relação ao cadastro da apelada junto à apelante, demonstra a efetiva prestação de serviços, sendo suficiente à instrução da presente ação monitória”*. (Apelação nº 1013589-45.2014.8.26.0004, 35ª Câmara da Seção de Direito Privado, Relator Des. Melo Bueno, j. 13/04/2015).

No mesmo sentido: *1. Prestação de serviços. Monitória. Prova escrita hábil. Configuração. Extratos de utilização detalhados. 2. Impugnação genérica quanto ao demonstrativo de débito. Não acolhimento. Embargos bem rejeitados. Improvimento*. (Apelação nº 0002730-43.2012.8.26.0493, 26ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Vianna Cotrim, j. 24 de setembro de 2015).

Se isto não fosse suficiente, a inércia do réu em pagar a dívida ou oferecer resposta autoriza concluir pela veracidade do contido na inicial no tocante à contratação celebrada pelas partes, à efetiva prestação dos serviços pela autora ao requerido, e ao inadimplemento do último, situação que impõe o decreto de procedência da ação, e a condenação dele no pagamento reclamado na inicial.

Não há, por sua vez, impugnação contra o valor pleiteado pela autora.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação, e o faço para condenar o réu a pagar à autora o valor de R\$ 6.703,85 (seis mil, setecentos e três reais e oitenta e cinco centavos), acrescido de correção monetária desde o ajuizamento da ação, e de juros de mora contados da citação. Condene o réu, no mais, no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono adverso, estes arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

Araraquara, 23 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**